

**Disclaimer:** *In the interest of making our publishing program as inclusive as possible, the editors of the Oxford Research Encyclopedia of Education are pleased to offer this article in Portuguese. Although the scholarly content of the entry was reviewed, revised, and approved for publication in its original language, only the translated English-language version has been copy edited. Any errors in grammar or usage are not intended.*

## **A contribuição dos métodos de investigação qualitativa para os estudos de gênero e educação no Brasil**

Marília Pinto de Carvalho

Resumo: Este capítulo destaca as contribuições das metodologias qualitativas de pesquisa para os estudos de gênero e educação no Brasil. Por meio de exemplos de pesquisas já realizadas, mostra a importância do uso dessas metodologias para desnaturalizar as relações de gênero e evitar afirmações essencialistas sobre homens e mulheres, construindo estudos contextuais. Indica que os pesquisadores podem se valer das metodologias qualitativas para articular o gênero a outras determinações sociais, numa perspectiva interseccional; e que a análise a partir de dados qualitativos pode ser fértil para romper as dicotomias entre estruturas sociais e ação individual. A conclusão alerta para a necessidade de um diálogo entre pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa – educação – gênero - Brasil

Os métodos qualitativos predominam na pesquisa educacional brasileira e não é diferente no que diz respeito aos estudos que investigam as relações de gênero nos processos educativos. Este capítulo discute, por

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

meio de alguns exemplos de pesquisas, as principais contribuições dos métodos qualitativos a essa área, e a seguir aponta limites dessas abordagens, em especial a falta de diálogo entre as investigações de cunho qualitativo e as pesquisas quantitativas.

As investigações sobre relações de gênero são uma área dos estudos educacionais que vem se expandindo significativamente nos últimos 20 anos no Brasil. Em 2001 Rosemberg (Rosemberg, 2001), a partir de levantamento sistemático da produção acadêmica brasileira sobre educação e gênero, indicou que era pequeno, mas crescente, o número de estudos sobre o tema. Até o final da década de 1990, as questões abordadas eram dispersas e pouco dialogavam com as problemáticas centrais do campo educacional, especialmente com a educação formal. A década de 2000 assistiu a um crescimento expressivo da produção nesta subárea, a seu adensamento teórico e também a sua aproximação aos debates candentes na educação escolar, como indicam Vianna e colaboradoras (2011). As autoras, que se debruçaram sobre teses, dissertações e artigos sobre gênero, sexualidade e educação formal no Brasil divulgados entre 1990 e 2006, constataram que neste período a produção sobre o tema cresceu mais que o total de pesquisas na área educacional como um todo.

Hoje as pesquisas sobre gênero contam com representatividade tanto nos principais congressos científicos do campo educacional, quanto nos periódicos de referência e nos programas de Pós-graduação em Educação. Abordam, principalmente por meio de pesquisas empíricas, temáticas que vão do trabalho docente à educação sexual; da homofobia na escola às diferenças de desempenho escolar entre os sexos. E abrangem desde o

cotidiano das creches até o ensino superior e a carreira acadêmica, além das políticas educacionais, as aprendizagens informais e os produtos culturais.

Nessas investigações, a utilização de metodologias qualitativas predomina, com o uso de instrumentos como observações, entrevistas abertas ou semiestruturadas, histórias de vida e grupos de discussão. Como instrumentos de registro são utilizados cadernos de campo e gravações em áudio e em vídeo, posteriormente transcritos e codificados.

### **Romper com a naturalização**

Essas metodologias têm se mostrado particularmente importantes para desvelar as formas sutis de que se revestem as desigualdades de gênero no cotidiano. Um dos principais mecanismos de perpetuação dessas desigualdades é sua naturalização, mecanismo que apresenta relações sociais como dados imutáveis da natureza, derivados das diferenças corporais entre os sexos. Enunciada como uma evidência, inserida na ordem das coisas, a desigualdade entre os sexos aparece como normal, inevitável e organiza até mesmo nossa maneira de pensar, classificar e entender o mundo natural e as práticas sociais. Como escreveu Bourdieu (1995, p. 133), no estudo das relações de dominação entre os sexos o analista lida “com uma instituição que está inscrita há milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais” e “tende a empregar como instrumentos de conhecimento aquelas categorias de percepção e de pensamento que deveria tratar como objetos de conhecimento”.

Na superação dessas armadilhas, são preciosos os deslocamentos epistemológicos ligados ao esforço de “tornar estranho o que é familiar”, tão

marcantes na etnografia e em seus desdobramentos. E as pesquisas brasileiras sobre gênero na educação têm lançado mão destes recursos com bons resultados.

Um rico exemplo de como o uso cuidadoso da etnografia pode levar a resultados muito positivos é o estudo de Jung (2003) junto a uma escola de Ensino Fundamental inserida em uma pequena comunidade originada por colonização alemã no sul do Brasil. A autora iniciou a pesquisa interessada em desvendar as implicações étnico-linguísticas no processo de letramento escolar em português para crianças que em casa só falavam alemão e para aquelas que eram bilíngues alemão-português. Mas durante a pesquisa de campo deparou-se com a questão de gênero: em sala de aula, indícios apontavam mais fortemente para diferenças em relação ao aprendizado de meninos e de meninas - com melhores resultados para as meninas - do que para diferenças de natureza étnico-linguísticas. Assim, Jung reformulou o problema de pesquisa e passou a trabalhar com a hipótese de que as formas como meninos e meninas experimentavam o pertencimento étnico alemão, bem como o letramento em português, se associavam à identidade de gênero. Ela acompanhou os alunos não apenas na escola, mas também em diferentes espaços - igreja, casa, associação de agricultores - realizando observações e gravando episódios em vídeo. E concluiu que os homens daquela comunidade afirmavam uma identidade local calcada na língua alemã e no trabalho manual no campo, em conformidade com a identidade de colono alemão e em contraposição aos homens de áreas urbanas vizinhas. Já as meninas e as mulheres, uma vez que suas tarefas não incluíam o trabalho no campo, considerado masculino, estavam mais orientadas para uma

identidade urbana, brasileira, letrada em português e voltada para as regiões vizinhas, onde viam melhores oportunidades de ascensão social. Essa busca significava um esforço para obter o prestígio que não tinham dentro da comunidade de origem e representava uma valorização da escola e do letramento em português. Ao mesmo tempo, a escola também reconhecia e valorizava uma identidade feminina e características a ela associadas como a organização, a limpeza e a disciplina, atribuindo aos meninos desorganização e falta de asseio corporal, associados na comunidade à identidade masculina de colono alemão. A autora concluiu que a língua alemã era um traço da identidade local que as mulheres procuravam apagar, uma vez que a vida rural se mostrava uma escolha pouco atraente para elas; e também que essa dinâmica contribuía para o sucesso escolar das meninas.

Ao final da leitura, fica muito claro que estes resultados só foram possíveis graças a um meticuloso trabalho etnográfico, baseado em sólidos referenciais teóricos, que permitiram a Yung apreender os significados de gênero vigentes naquela comunidade. Esses significados não eram evidentes e poderiam facilmente passar despercebidos numa investigação que não estivesse aberta às surpresas e novidades do trabalho de campo, uma metodologia que não fosse capaz de criar distanciamentos entre os pressupostos da pesquisadora e as noções locais sobre as relações de gênero. A etnografia oferece recursos potentes para criar dúvidas, a partir da ênfase na diferença entre os universos simbólicos do/a pesquisador/a e dos/as pesquisados/as, o que evidencia "os hiatos e assimetrias entre a nossa maneira de ver as coisas e a dos outros." (Fonseca, 1998, p. 59).

Além da necessidade desse deslocamento epistemológico, o estudo de Yung (2003) evidencia dois outros desafios presentes nas pesquisas sobre gênero e educação, os quais as metodologias qualitativas têm contribuído para enfrentar: a importância de articular as desigualdades de gênero com outras estruturas sociais de dominação, como classe, raça e etnia; e a necessidade de complexificar as relações homem/mulher para entender o sucesso escolar das meninas. Isto é, a pesquisa educacional é desafiada a buscar elementos que permitam compreender como as meninas vêm obtendo melhores resultados escolares (no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, assim como nos países do Norte Global), enquanto permanece a subordinação das mulheres em outras esferas sociais, como o mercado de trabalho, a representação política e a vida familiar.

### **Evitar essencialismos**

Esta tem sido a temática central de minhas investigações – o sucesso escolar das meninas - com foco sobre escolas de Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade) que atendem camadas populares urbanas. Junto com alunos e alunas de pós-graduação, pesquisei como as professoras avaliam meninos e meninas e como as desigualdades raciais interferem nesse processo; como as próprias crianças percebem e participam dessas dinâmicas de avaliação; e como a socialização familiar influencia nos destinos escolares de meninos e meninas. (Carvalho, 2015; Senkevics and Carvalho, 2015; Carvalho, 2009; Pereira and Carvalho, 2009; Carvalho, 2005; Carvalho, 2004).

Nessa trajetória de quase 20 anos de pesquisa, a utilização de metodologias qualitativas foi de suma importância para evitar explicações

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

baseadas em noções universais de mulher, homem, feminilidade e masculinidade.

Buscamos, a cada etapa da pesquisa, restringir nossos achados às generalizações possíveis. Há poucos estudos no Brasil sobre as trajetórias escolares diferenciadas por sexo entre povos indígenas (Teixeira and Gomes, 2012), no meio rural, assim como entre famílias de camadas médias (Glória, 2007) ou elites. Mas podemos supor que o mesmo fenômeno do sucesso escolar das meninas, verificado de forma transversal na sociedade, resulte em cada grupo social de processos diferentes daqueles que observamos junto a camadas populares urbanas.

Entre os indígenas Xakriabá do norte de Minas Gerais, por exemplo, Teixeira e Gomes (2012) encontraram uma maior presença feminina nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, sendo que nessa última etapa havia três vezes mais moças do que rapazes. Em pesquisa antropológica baseada em visitas prolongadas à Terra Indígena Xakriabá, nas quais eram feitas observações e entrevistas, as autoras relacionaram essa situação às mudanças sociais em curso naquele grupo social, entre as quais a monetarização das relações, com a conseqüente expansão do trabalho pago; a presença crescente das mulheres em empregos públicos (principalmente como professoras e agentes de saúde); e a maior participação delas em espaços públicos de decisão, como assembleias nas aldeias. Teixeira e Gomes reiteram que, “apesar dos pontos de convergência entre a escola indígena Xakriabá e a escola não indígena brasileira no que tange à melhor progressão escolar das mulheres [...] observam-se diferentes significados atribuídos ao processo de escolarização e letramento, pois se

instalam em contextos com dinâmicas sociais, culturais e econômicas específicas. ” (2012, p. 55)

Por outro lado encontramos, em análises desenvolvidas até mesmo em outros países, explicações para o sucesso escolar das meninas muito semelhantes a nossos resultados de pesquisa. Por exemplo, a maioria das meninas que estudamos, moradoras de favelas da região metropolitana de São Paulo, tinham sonhos de futuro muito melhor definidos que seus irmãos e colegas de classe do sexo masculino. Enquanto eles falavam vagamente em serem jogadores de futebol, astronautas ou bombeiros, elas queriam ser médicas, atrizes, veterinárias, biólogas (Carvalho, 2015; Senkevics and Carvalho, 2015). Essas meninas viviam um círculo virtuoso: bem sucedidas e sentindo-se à vontade na escola, sonhavam com profissões qualificadas que exigiam longa escolaridade, e cedo estabeleciam aspirações ambiciosas. A existência desses sonhos, por sua vez, podia estar impulsionando-as a investir mais na escola, valorizar a aprendizagem e obter bons resultados escolares.

De forma semelhante, Ames (2013) descreve como meninas indígenas de áreas rurais peruanas tinham altas aspirações educacionais e por meio da escola pretendiam romper tanto com a pobreza quanto com a opressão de gênero, tal qual as garotas que estudamos em São Paulo. Por meio de pesquisa baseada em observações e entrevistas em três diferentes localidades rurais do Peru, a autora estudou garotas entre 12 e 13 anos e mostrou que, para essas jovens, estender sua longevidade escolar implicava o distanciamento de concepções tradicionais de feminilidade, que impunham às mulheres o casamento precoce, a gravidez e a vida de dona-de-casa como



prioridades sobre sua vida profissional. Seus planos de futuro, pois, não só consideravam carreiras até então pouco vivenciadas pelas outras mulheres de seu grupo social, mas envolviam também uma revisão das representações de gênero que orientavam seus projetos de feminilidade, procurando, no limite, fugir da experiência limitadora de suas mães.

A menção a essas diferentes pesquisas sobre o sucesso escolar de meninas tem por objetivo destacar que, do ponto de vista metodológico, essas comparações só são possíveis, mesmo quando apontam semelhanças, pela referência densa aos contextos específicos de cada um dos grupos de meninas estudados, e não a partir de uma ideia universal de feminilidade. Essa ideia fundamenta interpretações essencialistas, muito comuns nos estudos de gênero em nível internacional, e explica o sucesso escolar “da mulher” por meio de supostas passividade e submissão às normas escolares.

### **Articular diferentes determinações sociais**

Outra dimensão é que, em nossas pesquisas, procuramos articular o conceito de gênero com outras estruturas sociais, como classe e raça – um esforço conhecido no âmbito dos estudos feministas como “interseccionalidade” (Crenshaw, 1991; Collins, 1991). Isso tem nos levado a restringir as conclusões “às meninas de setores populares urbanos” ou “aos rapazes negros de famílias de baixa renda”, por exemplo. Com esse tipo de cuidado, foi possível perceber que não se trata do “fracasso escolar dos meninos”, mas de meninos negros das camadas populares. Que as noções amplas sobre meninas bem sucedidas na escola por serem obedientes não explicavam as diferentes trajetórias escolares das garotas. Ou que nem todas

as escolas e nem todas as professoras de uma mesma escola valorizavam organização e disciplina acima de autonomia e criatividade.

Assim, dentro do grupo investigado, utilizamos as ferramentas da metodologia qualitativa não apenas para perceber as diferenças de significado entre ser menino ou menina, mas também negro ou branco, com renda familiar mais alta ou mais baixa. A articulação dessas desigualdades sociais permitiu detalhar processos cotidianos em sala de aula e compreender melhor a construção diária das trajetórias escolares diferentes para meninas brancas e negras, meninos brancos e negros, pertencentes a diferentes camadas sociais.

Para expor com mais clareza como a metodologia qualitativa permitiu avançar na compreensão dos complexos processos de articulação entre diferentes desigualdades sociais, é interessante detalhar uma investigação, a título de exemplo. Entre 2002 e 2003, pesquisei os processos de avaliação escolar nas séries iniciais do ensino fundamental (6 a 10 anos de idade) em uma escola pública que atendia crianças tanto de famílias de baixa renda quanto de camadas médias (Carvalho, 2005). Dentre os resultados, discuti especificamente as diferenças entre a classificação racial dos/as alunos/as feita pelas professoras (hetero atribuição) e por eles/as mesmos/as (auto atribuição), procurando evidenciar em que medida a classificação feita pelas educadoras estava relacionada ao desempenho escolar das crianças.

No Brasil, a classificação racial se apoia tanto na aparência (características fenotípicas, como a cor da pele ou o tipo de cabelo) e na ascendência, quanto no *status* socioeconômico da pessoa, sendo influenciada também pela escolaridade e pelo sexo. Trata-se de uma classificação racial

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

fluida e variável, com a possibilidade de se ultrapassar a linha de cor em decorrência da combinação entre aparência e *status* social. As investigações precisam lidar com a complexidade do processo de classificação racial assim constituído, no qual características fenotípicas, imbuídas de valor e carregadas de significado, compõem um sistema operado num contexto de interação social (Araújo, 1987).

Esse enfoque dá ênfase à *produção de significados* associados a características fenotípicas e atribuições de cor, assim como às inter-relações através das quais emergem essas classificações de cor e de raça. A identificação racial é percebida como um processo social construído ao longo da vida, que não decorre de uma percepção imediata de dados naturais. Dessa perspectiva, a identidade racial é vista como dinâmica e deve ser tomada não como um fato objetivo e inquestionável, mas como um sistema cambiante, sujeito à percepção social, na qual diversos fatores não ligados à aparência física têm um peso considerável. É preciso considerar tanto a auto classificação de cada sujeito, quanto a hetero classificação, além do contexto relacional em que essas atribuições de cor ou raça tiveram lugar.

Há indicações de que, na sociedade brasileira, ao lado da renda do entrevistado também têm influência significativa em sua classificação racial a sua escolaridade, a moradia em cada uma das regiões do país e em zona urbana ou rural, além de características do entrevistador, como raça, escolaridade e sexo. (Telles, 2003; Piza and Rosemberg, 2002).

É fácil perceber que as metodologias qualitativas são particularmente importantes para entender esses processos, uma vez que estamos tratando da construção social de significados e dos contextos de interação social.

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

No caso da pesquisa referida (Carvalho, 2005), procurei perceber se a classificação de cor das crianças feita pelas professoras (hetero atribuição) variava conforme seu sexo, sua renda familiar e seu desempenho escolar, comparando a hetero atribuição com a classificação feita pelas próprias crianças (auto atribuição). Não considerei qualquer delas como a classificação verdadeira ou mais adequada, e o objetivo principal era compreender seus significados. A hipótese inicial era que, no âmbito da escola, a classificação racial feita pelas professoras teria como referência não apenas características fenotípicas, sexo e nível socioeconômico, elementos presentes na sociedade brasileira como um todo, mas também o desempenho escolar do/a aluno/a. Lidei com 240 crianças, atendidas por oito professoras em classes de 30 alunos cada uma, o que me levou a operar com quadros numéricos e porcentagens, além de situações observadas e entrevistas gravadas. E a pesquisa manteve sua perspectiva qualitativa, uma vez que não houve pretensão de construir amostras, obter resultados estatisticamente representativos ou estabelecer probabilidades.

Em termos gerais, as professoras tenderam a clarear alunos e alunas, se comparada sua classificação com aquela feita pelas próprias crianças. Mas evidenciou-se uma tendência das professoras a clarearem mais as meninas: enquanto 60% das alunas percebiam a si mesmas como negras, para as professoras seriam apenas 26%. No que se refere aos meninos, os índices seriam de 55% e 30%, respectivamente. De forma geral, a renda também teve uma influência marcante: a comparação entre a classificação das professoras e a autoclassificação dos alunos e alunas em cada faixa de renda mostra que as professoras, dentro da propensão ampla de clarear os/as

alunos/as, tenderam a diminuir ainda mais a proporção de negros e negras entre os/as de alta renda e, inversamente, ampliar essa mesma proporção entre os/as de baixa renda.

Além disso, a análise do material empírico levou à sugestão de que, na escola, a hetero classificação de raça seria influenciada pela existência ou não de problemas escolares, em especial problemas de aprendizagem, com uma nítida articulação entre pertencimento à raça negra, masculinidade e dificuldades na escola. Não foram utilizados eventuais resultados do desempenho das crianças em testes padronizados, pois o objetivo da pesquisa não era avaliar aprendizagens, mas entender as trajetórias dos/as alunos/as na escola. Estas trajetórias são definidas pela avaliação feita pelas professoras, a qual determina se a criança irá para o reforço, será retida ao final do ciclo etc.

Os resultados encontrados são bastante eloquentes para nos permitir afirmar que a atribuição de raça feita pelas professoras não se relacionava exclusivamente às características fenotípicas das crianças, a seu sexo e à percepção que tinham quanto à renda de suas famílias, mas também a seu desempenho escolar. Como a avaliação utilizada neste caso era construída pelas próprias professoras, podemos supor que elas tanto tendiam a perceber como negras crianças com problemas de aprendizagem, quanto tendiam a avaliar negativamente ou com maior rigor o desempenho de crianças percebidas como negras, fenômenos particularmente intensos em relação aos meninos.

A conclusão foi que havia uma nítida associação, no quadro de referências utilizado pelas professoras para avaliar as crianças, entre um tipo

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

de masculinidade negra e o baixo desempenho na aprendizagem, o que certamente tinha consequências tanto para as trajetórias escolares dos meninos negros, quanto para a construção de suas identidades raciais. Por sua vez, as meninas classificadas como negras pelas professoras eram as menos citadas por elas nas entrevistas, seja para elogios seja para relatar problemas, caracterizando um quadro de invisibilidade.

Não tenho dúvida de que o uso da metodologia qualitativa foi fundamental para que pudessem ser colocadas em evidência essas intersecções entre nível socioeconômico, gênero e pertencimento racial na vida cotidiana da escola. O desafio de construir a interseccionalidade, articulando desigualdades de gênero a outras estruturas sociais, encontra nos métodos de investigação qualitativa um poderoso aliado, por permitir que se apreenda como cada forma de desigualdade se combina com as demais, criando novos significados. Isso conduz a análise para além da noção somatória de subordinações – dupla ou tripla discriminação – já fartamente criticada pela literatura feminista (Scott, 1988; Nicholson, 1994). Não se trata de que, dentro do grupo de meninos, alguns são também negros e outros são ainda pobres. Nem de que, a partir da condição comum de menina, algumas se diferenciam por serem negras e/ou pobres. Trata-se de entender os significados de ser menino negro de alta renda, ou menina branca pobre, por exemplo, cada uma destas combinações resultando em diferentes lugares sociais, com diferentes expectativas e possibilidades.

### **A ação dos sujeitos e as estruturas sociais**

Outro exemplo revelador das potencialidades das metodologias qualitativas para o estudo das relações de gênero no campo educacional é a

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

pesquisa de Cavaleiro (2009) sobre feminilidades homossexuais no ambiente escolar. A partir de observações em uma escola de ensino médio, realização de grupos de discussão e gravação de entrevistas semiestruturadas com professores, funcionários e sete garotas com idade entre 16 e 17 anos, Cavaleiro apresenta um quadro bastante minucioso e nuançado. A maioria das pesquisas brasileiras sobre homossexualidades na escola se limita a denunciar a homofobia e o sofrimento enfrentados por alunas/os e educadores/as homossexuais. Sem negar a importância dessa denúncia, o estudo de Cavaleiro foi adiante, revelando também as resistências e os modos de proceder inventados pelas alunas não-heterossexuais para viverem suas identidades, sua sociabilidade e sua sexualidade. O estudo foi capaz de indicar os usos de tempos e espaços escolares de forma alternativa; táticas e astúcias presentes no cotidiano que permitiam às alunas romper com vigilâncias e tensionar controles, além de criar alianças e solidariedades. A pesquisadora descreve essa dinâmica como um jogo de forças e mostra a utilização do banheiro feminino e de cantos pouco visíveis do pátio para os namoros; os tempos roubados às aulas; a tensão vivida pelas garotas entre revelar e ocultar suas identidades e práticas; e a escolha de amizades e parcerias, seja entre colegas seja entre educadores e educadoras.

Assim, esta pesquisa colocou em primeiro plano uma das contribuições das metodologias qualitativas que me parece mais relevante: a possibilidade de tornar visível a ação dos sujeitos, revelando que toda relação de poder inclui resistências, tensões e rupturas. Foi o olhar etnográfico que permitiu à pesquisadora ir além da denúncia e apresentar as garotas como sujeitos ativos na construção de suas vidas e não como meras vítimas do preconceito

e da discriminação, invertendo uma tendência presente nos estudos de gênero e educação, em especial aqueles referidos às sexualidades não heteronormativas.

Outro aspecto importante é que, além disso, Cavaleiro destaca que os dispositivos de controle, sintetizados na exigência de que as garotas homossexuais fossem “discretas”, serviam à legitimação de desigualdades de *status* dentro da estrutura social. “Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdades sociais” (p. 180). Trata-se, assim, de um bom exemplo de que colocar em evidência as subjetividades, as mudanças e a ação dos sujeitos não é contraditório com a percepção do gênero como estrutura social.

Desta forma, parece-me que o trabalho de Cavaleiro é igualmente um bom exemplo de análise que vai além da situação específica observada, dos “casos” em estudo, um movimento que nem sempre se observa em pesquisas que se utilizam de métodos qualitativos. A ênfase das sociedades ocidentais contemporâneas no indivíduo reverbera no pensamento científico e frequentemente conduz a análise a isolar o indivíduo e sua subjetividade de seu grupo social. Particularmente nos estudos de gênero, o foco na construção individual de identidades, abordagem muito presente na literatura dos países do norte global, em especial nos EUA, muitas vezes obscurece a análise sociológica a partir das desigualdades, assimetrias e hierarquias baseadas nas relações sociais de gênero.

Na vida cotidiana das metrópoles brasileiras, falar sobre gênero tornou-se sinônimo de falar sobre orientações individuais com relação ao corpo, à sexualidade e a traços de personalidade relativos a feminilidades ou

Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)



masculinidades, como se houvesse escolhas individuais fora de um contexto social e histórico. E mesmo na pesquisa acadêmica nacional, falar do gênero como uma estrutura social exige explicações, pois imediatamente se encontra críticas de determinismo. Neste contexto, não raro as metodologias qualitativas, ao estudar poucos sujeitos e focar atenção nas soluções que cada indivíduo encontra em sua trajetória, dão vazão a abordagens pouco atentas às condições sociais.

Por isso é importante retomar o que nos lembra Connell (2015), parafraseando Marx: "Fazemos nosso próprio gênero, mas não somos livres para o fazer como quisermos" (p. 156). Aos pesquisadores e pesquisadoras que se utilizam de metodologias qualitativas cabe o empenho teórico de recolocar sua análise de casos particulares dentro de relações políticas e sociais mais amplas, ressaltando que o gênero é uma estrutura social.

A antropóloga Claudia Fonseca (1998) refletindo sobre os usos da pesquisa etnográfica no campo educacional brasileiro, criticou as abordagens estritamente subjetivas e individuais, lembrando que, na pesquisa de base etnográfica, "o dado particular abre caminho para interpretações abrangentes" (p. 60). Para interpretar adequadamente os comportamentos que observa, o pesquisador necessariamente deve recorrer ao conjunto da vida social, seus padrões materiais e simbólicos, para colocar as situações específicas e os indivíduos no interior da totalidade social. E não se trata de uma novidade, mas da tradição antropológica. Por exemplo, em sua introdução à obra de Mauss, Levi-Strauss reiterava que os comportamentos individuais nunca são simbólicos por si mesmos, mas "são elementos a partir

dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, se constrói” (1974 [1950], p. 13).

Isso não significa dizer que os sujeitos são totalmente previsíveis e estão atados a determinações sociais; ou que não haja perspectivas de mudança. O conceito de estrutura serve para captar o fato de que há padrões poderosamente determinados nas relações, padrões que são duradouros. Se os arranjos de gênero de uma sociedade são uma estrutura social, eles não definem mecanicamente como as pessoas ou grupos agem, mas definem os horizontes, os termos, as possibilidades e consequências dessa ação (Connell, 2015). As estruturas, sejam elas materiais (como em estudos de tradição marxista estruturalista) ou simbólicas (como na vasta produção sobre gênero filiada aos Estudos Culturais) não são anteriores à vida cotidiana e são constantemente atualizadas pela prática humana.

Com todo seu potencial de análise do cotidiano, da construção de significados e das interações sociais, as pesquisas qualitativas podem contribuir decisivamente para a compreensão da simultaneidade entre ações dos sujeitos e determinação, entre mudança e permanência, entre individual e social. Mas para isso, além de manter a inseparabilidade entre dimensões materiais e simbólicas, o pesquisador precisa, em sua análise, realizar plenamente o caminho de ida e volta do particular para o geral.

### **Um diálogo a ser desenvolvido**

Neste esforço, pode ser útil romper também uma barreira que é frequente na pesquisa educacional brasileira, entre estudos qualitativos e quantitativos. Por lidar com dados macrossociais, as pesquisas com métodos

quantitativos permitem focar de maneira mais direta as estruturas sociais. Não se trata de fazer aqui uma oposição entre essas formas de abordar os objetos de pesquisa, supondo algum tipo de incompatibilidade epistemológica entre elas. Nem tampouco se intenta desenvolver o necessário debate teórico a respeito dos limites e potencialidades das ferramentas quantitativas de pesquisa e suas complexas relações com a pesquisa qualitativa<sup>1</sup>. A pretensão é apenas indicar essa lacuna e tentar perceber algumas limitações práticas que têm dificultado esse diálogo.

No Brasil, a maior parte das pesquisas do campo educacional resulta de teses ou dissertações e poucos estudos são desenvolvidos por equipes, além de contarem quase sempre com poucos recursos. Tudo isso dificulta a produção própria de informações em larga escala, por meio de pesquisas quantitativas ou que combinem ferramentas de observação qualitativas e quantitativas. Com relação aos dados oficiais, até os anos 2000, os organismos governamentais coletavam poucos dados no que se refere à qualidade da educação escolar e às informações demográficas sobre pertencimento racial. Além disso, nem sempre o acesso aos dados detalhados era possível.

Por exemplo, no caso do Censo Escolar, um levantamento anual de dados educacionais de âmbito nacional realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), somente a partir de 2005 o quesito cor/raça passou a ser coletado. E somente em 2006 o processo como um todo deixou de ser em papel, com a criação de um sistema

---

<sup>1</sup> Para aprofundar esse debate, ver, por exemplo, Ferraro, 2012a.

on line que coleta informações individualizadas de alunos e docentes. (Senkevics; Machado; Oliveira, 2016).

Hoje, os pesquisadores da área educacional contam com acesso fácil aos dados demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (<https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php>), entre os quais destaco a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ([https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)), que permite o acompanhamento anual de dados. E também podem se apoiar nos dados individualizados da base de dados do INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>), órgão responsável pelo Censo da Educação Básica (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>), com informações anuais sobre a totalidade de matrículas, escolas, turmas e profissionais escolares em sala de aula; assim como o Censo da Educação Superior (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>), que traz informações anuais sobre matrículas, cursos, docentes e instituições de educação superior.

O acesso a essas informações foi facilitado, sendo possível obter dados locais ou regionais diretamente dos sites governamentais, detalhando-os por sexo, e cruzando-os com diferentes variáveis, como o pertencimento racial ou a renda, por exemplo, o que torna possível estudos de menor custo com equipes reduzidas.

Contudo, é precária a formação para a análise estatística oferecida aos pesquisadores e pesquisadoras em educação – e entre eles os que se

interessam pelas relações de gênero. Como resultado, a maior parte das análises de dados de larga escala ainda hoje é produzida por economistas ou outros profissionais sem formação em educação. Já a escolha dos pesquisadores/as em educação por metodologias qualitativas nem sempre decorre de sua maior adequação ao problema de pesquisa, mas sim de limitações do pesquisador/a ou dos dados já disponíveis. Em consequência, predominam no campo educacional as pesquisas de cunho qualitativo e há pouco diálogo entre investigações que utilizam metodologias diferentes.

São bons exemplos de investigações quantitativas brasileiras sobre gênero e educação os estudos de Alceu Ferraro (2009, 2010 e 2012b), que utilizam principalmente os microdados do censo demográfico; o de Fulvia Rosemberg e Nina Madsen (2011), que se apoia em tabulações dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) e do Censo da Educação Superior; e também as investigações de Amélia Artes, uma delas (Artes, 2007) baseada no Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), um índice não-governamental composto por questionário de caracterização e teste, e outra (Artes, 2010) que utiliza dados da PNAD.

Por outro lado, são praticamente inexistentes pesquisas sobre gênero e educação que combinem abordagens quantitativas e qualitativas. Apenas a título de exemplo, apresento em seguida algumas questões, cuja interpretação teria muito a ganhar com essa interação entre pesquisas que utilizam diferentes ferramentas. Pode-se citar indagações decorrentes da recente expansão do acesso ao ensino médio no país: o que os dados de larga escala dizem a respeito do acesso e permanência de moças e de rapazes a essa etapa do ensino e sobre como eles se diferenciam por raça e renda?

Tendo esses dados em mãos, estudos qualitativos poderão se debruçar sobre os significados que moças e rapazes de diferentes origens e pertencimentos raciais atribuem ao ensino médio, quais são seus planos de futuro e como articulam o ingresso no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos.

Ou ainda, questões sobre a expansão de vagas na educação infantil: quanto e onde têm crescido as matrículas de crianças até 6 anos de idade? Como se caracterizam as famílias atendidas? Quantas professoras e professores foram contratados para promover essa expansão? Quais as características sociodemográficas, o tipo de contratação e a formação desses novos educadores da primeira infância? A partir dessas informações, estudos qualitativos poderiam investigar as mudanças resultantes nas vidas das mães cujas crianças tiveram acesso a creches e pré-escolas, incluindo modificações nas ideias de infância e maternidade, assim como na estrutura familiar e no trabalho remunerado das mulheres. Também se poderia compreender os impactos das novas contratações de professoras sobre a vida dessas mulheres que passam a ter empregos numa ocupação intensamente associada à feminilidade tradicional.

De forma inversa, os estudos qualitativos sobre a associação entre significados de masculinidade negra e dificuldades escolares, nas práticas cotidianas de professoras, estão a pedir investigações quantitativas que possam avaliar a extensão desse processo e de suas consequências. Quais são os dados disponíveis sobre as trajetórias de escolarização de meninos negros? Considerar os resultados de testes padronizados ao invés das avaliações feitas pelas próprias professoras traria resultados diferentes?

Enfim, estes são apenas alguns exemplos possíveis do que os estudos de gênero e educação poderiam desenvolver no seu campo específico, a partir de diálogos entre estes diferentes métodos de abordagem, abrindo espaço para que questões evidenciadas nas análises estatísticas sejam exploradas em pesquisas qualitativas e que essas por sua vez possam gerar novas perguntas a serem investigadas nas bases de dados macrossociais.

Este capítulo destacou que as metodologias qualitativas de pesquisa têm contribuído para os estudos de gênero e educação no Brasil por serem ferramentas potentes na ruptura da naturalização das relações de gênero e na construção de estudos contextuais, que evitam afirmações essencialistas sobre homens e mulheres. Indicou que os pesquisadores podem se valer das metodologias qualitativas para articular o gênero a outras determinações sociais, numa perspectiva "interseccional"; e que a análise a partir de dados qualitativos pode ser fértil para romper as dicotomias entre estruturas sociais e ação individual. Finalmente, a conclusão alerta para a necessidade de um diálogo entre pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa na área dos estudos de gênero e educação.

## **Referências**

AMES, Patricia. Constructing new identities? The role of gender and education in rural girls' life aspirations in Peru, *Gender and Education*, 25: 3, 2013, 267-283.

ARAÚJO, T. C. N.. A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 14-15, nov. 1987.

ARTES, A. Indicador nacional de alfabetismo funcional-2001: explorando as diferenças entre mulheres e homens. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 33, n. 3, p. 561-580, dez. 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022007000300012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000300012&lng=pt&nrm=iso)>.

ARTES, A.; CARVALHO, M. P. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 34, p. 41-74, jun. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100004&lng=pt&nrm=iso)>.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educ. Real*. [online]. 1995, vol.20, n.2, [citado 2017-05-18], pp.133-185. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724>>. ISSN 2175-6236.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero, raça e avaliação escolar: um estudo com alfabetizadoras. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 39, p. 837-866, 2009.

CARVALHO, Marília Pinto de. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 77-95, 2005.



CARVALHO, Marília Pinto de. Quem são os meninos que fracassam na escola?. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 34, n.121, p. 11-40, 2004.

CARVALHO, Marília . The influence of family socialisation on the success of girls from poor urban communities in Brazil at school. Gender and Education (Print), p. 1-16, 2015.

CAVALEIRO, Maria Cristina. Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas [doi:10.11606/T.48.2009.tde-26012011-141723]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado em Educação. [acesso 2017-05-24].

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review 43(6), 1991, p. 1241-99.

FERRARO, A. R. Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 138, p. 813-835, dez. 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742009000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000300007>.

FERRARO, A. R. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 36, n. 2, p. 505-  
Printed from *Oxford Research Encyclopedia of Education*. © Oxford University Press USA. All Rights Reserved. For personal use only; commercial use is strictly prohibited. (For details see [Privacy Policy and Legal Notice](#).)

526, ago. 2010 . Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022010000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos

em 18 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000200006>.

FERRARO, A.R. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. Campinas: Pro-Posições, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012a.

FERRARO, A. R. Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 37, n. 3, p. 943-967, dez. 2012b. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362012000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000300013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos

em 18 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000300013>.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, no.10, Rio de Janeiro, jan./ abril 1998, p. 58-78.

GLÓRIA, D. M. A. Uma análise de fatores sociodemográficos e sua relação com a escolarização dos filhos em famílias de camadas médias. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

JUNG, Neiva Maria. Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade federal do Rio grande do Sul, 2003. <http://hdl.handle.net/10183/115757>

LÉVI-STRAUSS, C. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974 [1950].

NICHOLSON, Linda. *Interpreting gender, Sings: journal of women in culture and society*, Chicago, v.20, n.1, 1994, p. 79-105.

PEREIRA, F. H. ; CARVALHO, Marília Pinto de . Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 90, p. 673-694, 2009.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F.. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 91 a 120.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educ Pesq* [online]. 2001, vol.27, n.1 [citado 2017-05-18], pp.47-68. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022001000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100004&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022001000100004>.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. IN: BARSTED, L.; PITANGUY, J. (orgs.) **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**, Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*, New York: Columbia University Press, 1988.

SENKEVICS, Adriano Souza and CARVALHO, Marília Pinto de. Home, street, school: gender and schooling in urban popular sectors. *Cadernos de Pesquisa*, 45:158, 2015, 944-968.

SENKEVICS, A.S.; MACHADO, T.S. ; OLIVEIRA, A.S.. A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep /. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 41).

TEIXEIRA, I. A. V. ; GOMES, A. M. R. . A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakriabá.. *Práxis Educativa (Impresso)*, v. 7, p. 55-83, 2012.

TELLES, E., *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fundação Ford, 2003.

VIANNA, Claudia Pereira et alii. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educ. Soc.* [online]. 2011, vol.32, n.115 [citado 2017-05-18], pp.525-545.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000200016&lng=pt&nrm=iso)

73302011000200016&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-

7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000200016>